

DECRETO Nº 12.122, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.



**REGULAMENTA A LEI
Nº 4.513, DE 22 DE DEZEMBRO DE
2005, QUE DISPÕE SOBRE
INCENTIVOS FISCAIS PARA
APOIO À REALIZAÇÃO DE
PROJETOS ESPORTIVOS.**

Publicado no Jornal do Município Nº 236510/02/2021 Página 15-18.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 47, inciso VII e art. 57, inciso I, alínea "a", ambos da **Lei Orgânica** do Município de Itajaí e com o art. 9º da Lei nº 4.513, de 22 de dezembro de 2005, e considerando o teor do processo administrativo nº 3420009/2020 - 69796/2020-e - 19726/2021-e, DECRETA:

**Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O mecanismo de incentivo fiscal para apoio à realização de projetos esportivos e de lazer, no âmbito municipal, instituído através da Lei nº 4.513, de 22 de dezembro de 2005, com alterações posteriores, obedecerá aos preceitos desta, bem como aos do presente Decreto.

Art. 2º Para efeitos deste Decreto considera-se:

I - PROJETO ESPORTIVO: propostas de desenvolvimento do esporte e lazer no Município de Itajaí nas seguintes áreas:

- a) formação esportiva de base: iniciação esportiva para crianças e adolescentes nas mais diversas modalidades esportivas reconhecidas pelo Ministério ou Secretaria do Esporte, ligado ao Governo Federal, Conselho Nacional de Esportes (CNE), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), ou ainda, aquelas organizadas com entidade nacional oficial da modalidade;
- b) manutenção de selecionados: manter equipes de Itajaí que comprovadamente estejam inscritas em associação, liga, federação ou confederação da modalidade, para que a mesma possa representar o Município em competições estaduais, nacionais e até internacionais organizadas pelas federações ou confederações. Inclui-se neste item também as equipes do paradesporto;
- c) realização de eventos esportivos: promover eventos que incentivem a prática esportiva nos

seguimentos do esporte escolar, de rendimento e comunitário, na forma de torneios, campeonatos, amistosos, desafios, apresentação pública de modalidades esportivas reconhecidas pelo Ministério ou Secretaria do Esporte, ligado ao Governo Federal, Conselho Nacional de Esportes (CNE), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), ou ainda, aquelas organizadas com entidade nacional oficial da modalidade;

d) outras atividades: cursos de capacitação profissional, eventos científicos (seminários, fóruns, conferências e congressos), training camp (capacitação esportiva para atletas) e manutenção de atletas de modalidades individuais, desde que o proponente seja pessoa física;

II - INCENTIVO FISCAL: utilização, como crédito do recurso financeiro aplicado em projetos esportivos por contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, para transferência dos valores devidos ao Município, na forma e nos limites estipulados em Lei;

III - PROPONENTE: pessoa física ou jurídica diretamente responsável pelo projeto esportivo a ser beneficiado pelo incentivo fiscal que deverá ser residente ou domiciliado, no mínimo, 02 (dois) anos no Município de Itajaí, e estar devidamente registrado no Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí, no caso de pessoa jurídica;

IV - CONTRIBUINTE: é a empresa ou profissional autônomo, inscrito no Cadastro de Contribuintes do ISSQN, no Município de Itajaí, que venha apoiar financeiramente, através de patrocínio, projetos esportivos, previstos em Lei, na forma deste Decreto.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Art. 3º A viabilização da execução de propostas de realização de projetos esportivos destinados ao incentivo, apoio e desenvolvimento do esporte e lazer no Município de Itajaí de que trata este Decreto, dependerá de análise, aprovação e enquadramento pela Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE, conforme disposto na Lei nº 4.513/2005.

Art. 4º O montante do valor anual do ISSQN, a ser utilizado em projetos esportivos, não será inferior ao equivalente a 5.000 Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 1º Ato do Executivo fixará o montante a ser destinado aos projetos esportivos de que trata a Lei nº 4.513/2005, dentro de cada exercício financeiro.

§ 2º Observado o disposto no caput e no §1º do art. 3º da Lei nº 4.513/2005, ficam pré-estabelecidos os percentuais sobre o valor anual do ISSQN destinados a projetos esportivos, para as seguintes categorias de projetos:

I - formação esportiva de base e manutenção de selecionados: 50%;

II - realização de eventos esportivos: 40%;

III - outras atividades: 10%.

§ 3º No caso de não serem preenchidos os percentuais estabelecidos no § 2º deste artigo, os valores remanescentes deverão ser distribuídos pela CAPE entre os demais projetos, independente de categoria, podendo ultrapassar os percentuais estabelecidos desde que, observada à ordem de classificação e priorizando projetos da mesma categoria.

Art. 5º Aos contribuintes do ISSQN, que aplicarem recursos financeiros em projetos esportivos devidamente aprovados e enquadrados pela CAPE será permitido, nas condições e na forma estabelecidas no presente Decreto, utilizar como crédito do valor aplicado para dedução de valores devidos ao Município, nos créditos e limites fixados, mediante apresentação da Autorização de Transferência e da guia bancária de depósito.

Art. 6º O mesmo percentual do crédito tributário inscrito em dívida ativa, desde que não oriundo de dolo ou fraude, também poderá ser aplicado em projetos esportivo, na forma e condições da Lei nº 4.513/2005 e deste Decreto.

Art. 7º Fica vedado o benefício fiscal de que trata a Lei nº 4.513/2005, a projeto de que seja beneficiário o próprio contribuinte, substituto tributário, sócio, titular ou sucessores.

Art. 8º O valor máximo para cada projeto será de até 10% (dez por cento) do montante disponível no exercício financeiro correspondente, previsto no art. 4º deste Decreto.

Art. 9º Os proponentes não poderão ter suas prestações de contas anteriores pendentes ou reprovadas pelo Município, tampouco encontrar-se em débito com a Fazenda Pública Municipal, bem como estarem incursos nas sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Capítulo III DOS PROJETOS ESPORTIVOS

Art. 10. Os recursos atenderão aos projetos esportivos apresentados por pessoa física ou jurídica residente, domiciliado e/ou com sede no Município de Itajaí objetivando o que preceitua o art. 1º da Lei nº 4.513/2005.

Art. 11. Os recursos destinados aos projetos esportivos, poderão ser utilizados da seguinte forma em cada categoria:

I - formação esportiva de base e manutenção de selecionados: auxílio para transporte, hospedagem, alimentação, aluguel de moradia, uniformes, técnico, auxiliar técnico, fisioterapeuta, massoterapeuta, médico, psicólogo, nutricionista, profissional de Educação Física, local de treinamento, material esportivo, implementos paradesportivos, locação de academia e espaços para prática esportiva, taxas e anuidades federativas e confederativas, taxas de inscrição em competições;

II - realização de eventos esportivos: taxas federativas, confederativas e de alvarás, aluguel de equipamentos de estrutura física, aluguel de espaço físico, materiais de divulgação, brindes e premiações, alimentação, hidratação, assessoria de comunicação, assessoria de imprensa e profissionais de suporte necessários para realização de eventos que incentivem a prática esportiva nos seguimentos do esporte escolar, de rendimento e comunitário, na forma de torneios, campeonatos, amistosos, desafios, apresentação pública de modalidades esportivas reconhecidas pelo Ministério ou Secretaria do Esporte, ligado ao Governo Federal, Conselho Nacional de Esportes (CNE), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

III - outras atividades:

a) para pessoa jurídica: organização e/ou participação em cursos de capacitação profissional, eventos científicos (seminários, fóruns, conferências e congressos), training camp (capacitação esportiva para atletas) com auxílio no transporte, alimentação, hospedagem, inscrição e pagamento de ministrantes;

b) para pessoa física:

1. profissionais da área esportiva para participação em cursos de capacitação profissional, capacitação esportiva (training camp) e eventos científicos (seminários, fóruns, conferências e congressos), com auxílio para transporte, hospedagem, alimentação e inscrição;
2. auxílio na produção de conteúdos e publicações (artigos científicos, livros ou periódicos);
3. atletas de modalidades individuais para participação em campeonatos, competições e cursos de capacitação esportiva (training camp), com auxílio para transporte, hospedagem, alimentação, uniformes, local de treinamento, material esportivo e implementos paradesportivos, mensalidade de academia ou espaços para a prática esportiva, taxas e anuidades federativas e confederativas, taxas de inscrição em eventos esportivos.

Art. 12. O proponente deverá preencher o Formulário de Apresentação de Projetos Esportivos - FAPE, fornecido pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL, acompanhado da seguinte documentação:

I - se pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia do cartão do CNPJ;
- b) cópia do estatuto ou da ata de constituição da entidade;
- c) cópia da ata de posse do dirigente registrada;
- d) cópia do documento de identidade e do CPF do representante legal da instituição;
- e) original da Certidão Negativa perante o Município;
- f) original da Certidão Negativa perante o Estado;
- g) original da Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- h) original de Regularidade do FGTS (CRF);
- i) original da Certidão de Débito perante a Receita Federal;
- j) cópia de comprovante de domicílio no Município de Itajaí, há no mínimo, 02 (dois) anos;
- k) cópia de registro no Conselho Municipal de Esporte e Lazer - COMEL.

II - se pessoa física deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia do documento de identidade e do CPF;
- b) curriculum vitae que comprove a atuação no setor esportivo;
- c) original da Certidão Negativa perante o Município;
- d) original da Certidão Negativa perante o Estado;
- e) original da Certidão de Débito perante a Receita Federal;
- f) cópia de comprovante de seu domicílio no Município de Itajaí há, no mínimo, 02 (dois) anos.

§ 1º Serão aceitos como comprovante de domicílio: contas de água, luz, telefone fixo ou móvel, certificado de propriedade de veículo automotor, contrato de locação de imóvel no município ou contrato social, sempre em nome do proponente.

§ 2º Ocorrendo ilegalidade em relação as informações prestadas por parte do proponente, apurado em diligência ou outro meio, o projeto será indeferido sem nenhum procedimento saneador e sem apreciação material.

§ 3º A inobservância da documentação técnica exigida nos incisos I e II do caput deste artigo, implicará no indeferimento do projeto proposto.

Capítulo IV

DA TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS - CAPE

Art. 13. O projeto esportivo encaminhado para a CAPE será protocolado na FMEL, recebendo numeração de processo e de ordem.

Art. 14. A FMEL analisará os projetos no aspecto documental, quanto a inscrição, anexos da proposta, compatibilidade de custos com valores de mercado, verificação da legalidade e autenticidade dos documentos acostados para posterior envio a CAPE para análise de mérito.

Art. 15. O Presidente da CAPE, eleito por votação entre os membros deste colegiado na primeira reunião ordinária, distribuirá na ordem protocolar cronológica, aos seus membros, cada projeto para análise prévia e respectivo relatório.

Art. 16. A CAPE analisará os projetos em seus aspectos meritórios, de acordo com os critérios a serem estabelecidos no edital de seleção pública.

§ 1º A CAPE obedecerá aos seguintes critérios de avaliação:

I - se o projeto cria condições para que a população de Itajaí tenha acesso ao esporte;

II - importância do projeto para com os objetivos de política pública da FMEL, para o fomento do esporte;

III - importância para o desenvolvimento dos técnicos, atletas, dirigentes e FMEL;

IV - histórico do proponente;

V - o grau de viabilidade da proposta, tendo em vista a organização do projeto, sob o ponto de vista da coerência entre objetivos, ações, tempo previsto para realização das ações e orçamento e ainda, sob a ótica da regularidade formal do projeto;

VI - público alvo.

§ 2º Será atribuída pontuação para cada critério pelos avaliadores, definidas em edital, que também conterá os critérios de desempate.

§ 3º Na avaliação dos projetos, a CAPE obrigatoriamente observará, em todos os casos, pareceres técnicos emitidos por pareceristas com formação na área esportiva.

§ 4º Para a seleção dos parecerista responsáveis pela emissão de parecer técnico dos projetos apresentados será publicado edital pela FMEL, convocando os interessados para apresentação em audiência pública, na qual serão selecionados os pareceristas pelos membros da CAPE, tudo conforme regras do edital e sempre observada a imparcialidade dos interessados.

Art. 17. Se apontada a necessidade de diligência, o proponente será oficiado, devendo encaminhar no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação os documentos, informações complementares e/ou reparos apontados.

Parágrafo único. No caso estabelecido no caput deste artigo, o projeto esportivo somente continuará tramitando suprido, por parte do proponente, o que couber.

Art. 18. A classificação dos projetos será publicada no Jornal Oficial do Município e site oficial da FMEL, e deverão conter: número do processo, nome da proposta, nome do proponente, valor aprovado e resultado.

Parágrafo único. É responsabilidade do proponente acompanhar os meios oficiais de comunicação de resultados, ficando eximida a FMEL e a CAPE de quaisquer responsabilidades de comunicação pessoal.

Art. 19. Da classificação ou indeferimento do projeto caberá recurso, o qual deverá estar devidamente documentado e fundamentado à própria CAPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado no Jornal Oficial do Município.

Art. 20. Cabe a CAPE a análise dos recursos, devendo esta decidir no prazo de até 15 (quinze) dias úteis e publicar a classificação final no Jornal Oficial do Município e site oficial da FMEL, devendo conter: número do processo, nome da proposta, nome do proponente, valor aprovado e resultado.

Parágrafo único. É responsabilidade do proponente acompanhar os meios oficiais de

comunicação de resultados, ficando eximida a FMEL e a CAPE de quaisquer responsabilidades de comunicação pessoal.

Art. 21. Após a publicação oficial, o proponente aprovado terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para providências a serem definidas pela CAPE, a contar da data de publicação da classificação final no Jornal Oficial do Município.

Parágrafo único. O proponente aprovado que se mantiver inerte após o prazo definido no caput será desclassificado.

Art. 22. Sanadas todas as providências por parte do proponente, de acordo com o art. 21 deste Decreto, será expedido o Certificado de Enquadramento assinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Superintendente Administrativo das Fundações, ou cargo correspondente, e Presidente da CAPE.

Art. 23. A tramitação do projeto, desde a data do protocolo até a publicação da classificação final no Jornal Oficial do Município, não poderá exceder a 60 (sessenta) dias úteis, salvo por relevante motivo de interesse público, força maior e em caso fortuito.

Art. 24. Ordinariamente a CAPE deverá se reunir uma vez por mês para análise de projetos e decisão final.

Parágrafo único. O Presidente poderá convocar sessões extraordinárias específicas para atender a demanda.

Capítulo V DA CAPTAÇÃO JUNTO AO CONTRIBUINTE

Art. 25. O Certificado de Enquadramento, referido no art. 3º da Lei nº 4.513/2005, é o documento hábil que autoriza o proponente a iniciar a captação de recursos junto a contribuintes, para a execução de seu projeto aprovado.

Art. 26. O proponente, comunicado da aprovação do projeto, deverá providenciar abertura de conta corrente específica, vinculada à FMEL, na agência central do Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal de Itajaí, em nome do projeto aprovado.

Art. 27. A conta mencionada no art. 26 destina-se a recebimento de depósitos de valores relativos ao projeto, que só poderão ser utilizados a partir da captação equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total do projeto aprovado.

§ 1º O proponente deverá comprovar a captação prevista no caput deste artigo através da apresentação à FMEL dos respectivos extratos bancários ou de comprovantes de depósitos bancários.

§ 2º Comprovada a captação dos recursos mínimos, a FMEL, no prazo de 03 (três) dias úteis,

emitirá Autorização para Utilização dos Recursos - APURE, assinada pelo Superintendente Administrativo das Fundações.

§ 3º No caso de o proponente não conseguir captar, no prazo estipulado, o equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total para a realização de seu projeto, havendo ou não prorrogação deste prazo, o proponente deverá providenciar o depósito dos valores captados em conta bancária da FMEL, a ser utilizado para pagamento de despesas relacionadas a projetos esportivos, conforme a necessidade.

Art. 28. O contribuinte de ISSQN que pretende aplicar recursos financeiros em projetos esportivos deverá firmar Termo de Compromisso, que conterá dados do contribuinte e do proponente e será assinado por ambos.

§ 1º O Termo de Compromisso referido no caput deste artigo, será preenchido em 04 (quatro) vias, assim identificado:

I - primeira via - do contribuinte;

II - segunda via - do proponente;

III - terceira via - da Secretaria competente; e

IV - quarta via - da CAPE, nos autos do processo.

§ 2º Após a assinatura do Termo de Compromisso, pelo contribuinte e pelo proponente, a terceira via do Termo de Compromisso será encaminhada para a Secretaria competente que emitirá em favor do projeto a Autorização de Transferência de Valores, no percentual de até 30% (trinta por cento) do valor do ISSQN a ser recolhido a cada mês pelo contribuinte, que será entregue ao proponente para que este possa providenciar a captação de recursos, na forma legal.

§ 3º A dedução do ISSQN, na forma e nos limites estabelecidos neste Decreto, poderá ser iniciada a partir da data em que o contribuinte depositar os valores constantes na Autorização de Transferência de Valores na conta do projeto beneficiado, podendo também fazê-lo até, no máximo 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do referido depósito.

Art. 29. Na hipótese de pagamento parcelado do débito tributário, as deduções autorizadas serão realizadas por ocasião do pagamento de cada parcela.

Capítulo VI

DA CONTRAPARTIDA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 30. Será obrigatória a vinculação na divulgação publicitária, gravada, ao vivo, impressa ou falada, ou por quaisquer outros meios, de todo projeto esportivo a que se refere a Lei nº 4.513/2005, do Município de Itajaí, da FMEL, da logomarca da lei municipal de incentivo ao

esporte e do patrocínio do contribuinte, caso este não se oponha.

Art. 31. Como contrapartida os proponentes aprovados deverão destinar à FMEL:

I - no caso de formação esportiva de base: no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas a disposição da FMEL;

II - no caso de manutenção de selecionados: no mínimo 20% (vinte por cento) dos ingressos para evento que ocorra no Município de Itajaí, se não houver evento no município, uma apresentação com portas abertas diante de uma grande equipe do Município de Itajaí;

III - no caso de manutenção de atletas: participação do atleta em projetos de iniciação esportiva, ou escolas, no mínimo 10% (dez por cento) da sua carga horária mensal de treinamentos;

IV - no caso de realização de eventos esportivos:

a) quando forem cobrados ingressos: 10% (dez por cento) dos ingressos;

b) quando for cobrada inscrição: 20% (vinte por cento) das inscrições grátis para equipes/atletas de Itajaí;

V - no caso de outras atividades: repassar 10% (dez por cento) dos benefícios aos interesses da FMEL.

Art. 32. O prazo para conclusão do projeto esportivo não poderá ultrapassar 12 (doze) meses do recebimento da primeira parcela do incentivo, prorrogável até 03 (três) meses, mediante solicitação por escrito encaminhada à CAPE até 1º de dezembro do corrente ano.

Parágrafo único. No caso de não conclusão do projeto, o proponente deverá providenciar o depósito dos valores captados em conta bancária da FMEL, a ser utilizado para pagamento de despesas relacionadas a projetos esportivos, conforme a necessidade.

Art. 33. Após 30 (trinta) dias do término da execução do projeto, o proponente apresentará à Secretaria competente, em 02 (duas) vias a prestação de contas detalhada dos recursos captados e despendidos, comprovados através de faturas, notas fiscais, extratos bancários, dentre outros documentos legais exigidos.

§ 1º O proponente deverá apresentar, no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviços, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação da execução.

§ 2º O não atendimento do prazo e das exigências do caput e do parágrafo anterior, deste artigo, impedirá o proponente de propor novo projeto, ficando sujeito a procedimentos e processos administrativos e judiciais cabíveis, promovidos pelo Município.

Art. 34. O proponente obriga-se a fornecer para a FMEL todo o material publicitário e promocional relacionado ao projeto incentivado, que passará a fazer parte da memória deste.

Art. 35. A FMEL e a CAPE poderão determinar vistorias, avaliações, perícias, análises e demais levantamentos que julguem necessários à perfeita observância deste Decreto, em qualquer fase do projeto, tomando as providências que julgarem necessárias.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A apresentação e aprovação do projeto implica no perfeito entendimento e concordância pelo proponente das finalidades e procedimentos de execução, prestação de contas e acompanhamento do programa de incentivo para a realização de projeto esportivo, bem como a sua subordinação a Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 37. Durante toda a execução do projeto deverá o proponente, pessoa física ou jurídica, manter todas as qualificações, bem como as especificações apresentadas no projeto, sob pena de suspensão do mesmo.

Art. 38. Os componentes da Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE serão escolhidos dentre pessoas de comprovada idoneidade e reconhecida notoriedade na área esportiva, nomeados através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, depois de indicados pelos seguintes órgãos:

I - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Esportes, sendo estes profissionais de Educação Física;

II - 02 (dois) representantes da Fundação Municipal de Esporte e Lazer, sendo 01 (um) destes, profissional de Educação Física efetivo e concursado na FMEL;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, sendo este profissional de Educação Física.

Art. 39. Os projetos esportivos que visem captação de recursos na forma deste Decreto deverão ser apresentados através de Formulário de Apresentação de Projetos Esportivos - FAPE.

Parágrafo único. Em ato formulado pela FMEL, para captação de recursos com base na Lei nº 4.513/2005, será definido o formato do FAPE e demais documentos necessários para análise de mérito.

Art. 40. Os proponentes poderão contratar agenciamento técnico para a elaboração de seus projetos, desde que o valor do agenciamento não ultrapasse o equivalente a 10% (por cento) do valor de face do Certificado de Enquadramento referido no art. 25 deste Decreto.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Ficam revogados o Decreto nº 7.817, de 06 de março de 2006, o Decreto nº 10.396, de 18 de novembro de 2014, o Decreto nº 8.430, de 28 de novembro de 2007 e o Decreto nº 8.129, de 21 de fevereiro de 2007.

Prefeitura de Itajaí, 10 de fevereiro de 2021.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

[Download do documento](#)